



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA N.º PR2025323/593

CEDÊNCIA DE ESPAÇOS E SERVIÇOS CONEXOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.



PARTE I

Cláusulas jurídicas

Artigo 1º

Objeto

1. O presente caderno de encargos contém as cláusulas do contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de serviços de **cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos, destinados ao desenvolvimento de ações de formação**, sendo adotado o procedimento por **Consulta Prévia**, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, e que se rege pelas regras do convite, pelo presente caderno de encargos e pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (adiante designado por CCP).
2. **Estamos perante uma cedência de utilização de espaços, que inclui serviços conexos (disponibilização de mobiliário e equipamentos, comunicações, limpeza, água, eletricidade, apoio logístico/administrativo, etc.), configura para a entidade cedente do espaço, um rendimento predial, enquadrado na categoria F – Rendimentos Prediais, conforme previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 8.º do CIRS, sujeito a retenção na fonte (salvo isenções devidamente justificadas e fundamentadas na lei) e a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), nos termos da alínea c) do n.º 29 do artigo 9.º do CIVA, à taxa legal em vigor.**
3. O adjudicatário cede ao IEFP, I.P. a utilização das instalações, das quais comprova a propriedade ou posse do edifício ou a sua legitimidade para a cedência de instalações, e onde o IEFP, I.P. desenvolverá a(s) ação/ações de formação.
4. Pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do procedimento, a entidade competente para a decisão de contratar define o **preço base (valor máximo) no valor de 23.210,00€ (Vinte e três mil e duzentos e dez euros) correspondendo o valor de € 19260,00 (dezanove mil, duzentos e sessenta euros) a horas de formação valores sem IVA incluído e o valor de € 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta euros) a consumíveis, este último com IVA incluído**, de acordo com o seguinte:

Unidades		Preço Máximo	Enquadramento Fiscal
2568	Horas de formação em sala de formação	7,50€/Hora	Rendimento Predial Valor sujeito a IVA à taxa legal em vigor



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

	Consumíveis/Matérias-Primas (conforme artigo 23º)		Valor fixo com IVA incluído
	Vida Ativa - Padaria/Pastelaria 54104UF0052	650,00 €	
	Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Doces 54104UF0053	650,00 €	
	Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Salgados 54104UF0054	650,00 €	
	EFA NS-PRO Técnico de Informática de Sistemas 48102UF0216	1000,00 €	
	APZ+ TE - Gestão de Redes e Sistemas Informáticos 48106UF0002	1000,00 €	

Artigo 2º

Prazo de Execução

A execução do serviço será para o período de **2025/03/21** a **2026/11/30** num total de **2568 horas** e está sujeita a alterações de cronograma, por motivos que inviabilizem o início da ação de formação na data prevista.

Artigo 3º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são referidos nesse número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária à sua habilitação, **no prazo de dois dias úteis** após a notificação de adjudicação:
 - Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II deste ofício-convite e assinada [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] e do qual faz parte integrante;
 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo com indicação do respetivo código de acesso, para cumprimento do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
 - Fotocópia do cartão de pessoa coletiva.
6. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária para a celebração de contrato, **no prazo de dois dias úteis**, após a notificação de adjudicação, nomeadamente:
 - Indicação do(s) representante(s) do Segundo Outorgante;
 - Declaração de delegação de competências para representação do adjudicatário na outorga do contrato, caso se verifique essa necessidade.

Artigo 4º

Gestor do Contrato

O gestor do contrato, nos termos previstos no art.º 290º-A do CCP, será devidamente indicado no contrato a celebrar.

Artigo 5º

Obrigações de Sigilo e Dados Pessoais

1. O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.
2. Os participantes no presente procedimento comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislações nacionais aplicáveis aos dados pessoais.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

3. A entidade adjudicante enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do Código dos contratos Públicos.
4. Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.

Artigo 6º

Preço e Condições de Pagamento

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante pagará mensalmente ao adjudicatário, mediante o número de horas efetivamente prestadas dos serviços objeto do contrato, até ao limite do preço constante da proposta adjudicada.
2. As faturas deverão ser apresentadas mensalmente, juntamente com os documentos justificativos, pelos serviços que houver a liquidar, até ao dia 8 do mês seguinte a que respeita a formação, não devendo ultrapassar os 30 dias.
3. As faturas devem vir acompanhadas dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia de todas as requisições elaboradas pelo(s) formador(es) com a manifestação de necessidade de Consumíveis/Matérias-Primas, assinadas, (se aplicável);
 - b) Fotocópia do(s) documento(s) de despesas pagas pelo adjudicatário, relativo(s) às requisições de Consumíveis/Matérias-Primas formulada(s) pelo(s) formador(es) (se aplicável);
4. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do número 3, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas, e mediante conhecimento da situação tributária e contributiva regularizada do adjudicatário.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e emissão de nota de crédito.
6. Na eventualidade do não cumprimento do prazo referido no número 4, aplicar-se-á a Lei nº 3/2010, de 27 de abril, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

Artigo 7º

Cessão da Posição Contratual e Subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato ou subcontratar terceiras entidades sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. A entidade adjudicante avalia, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas do artigo 55.º do CCP.
4. O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da adjudicante.

Artigo 8º

Responsabilidade do Adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a prestar o serviço à entidade contratante nos termos das disposições do presente caderno de encargos, e ainda de acordo com a respetiva proposta e com as orientações e recomendações da entidade adjudicante.
2. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade contratante em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ele impendam.
3. O adjudicatário responde ainda perante a entidade contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

Artigo 9º

Interpretação do Contrato

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar por escrito um esclarecimento à entidade contratante.
2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução dos serviços, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pela entidade contratante, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do contrato.

Artigo 10º

Incumprimento do contrato

1. Em caso de atraso do adjudicatário no cumprimento das obrigações que sobre ele impendam, a entidade adjudicante notifica-o para dentro de um prazo de oito dias cumprir a obrigação, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse no cumprimento.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, a entidade adjudicante pode resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo.
3. A mora constitui o adjudicatário no dever de indemnizar a entidade adjudicante, cujo montante é fixado segundo a gravidade da violação das obrigações assumidas e que estejam em falta, mas em caso algum pode ser superior a 5% do preço contratual.
4. O disposto no presente Artigo não se aplica se a mora se verificar por razões imputáveis ao IEFP, I.P. Neste caso, o adjudicatário poderá propor a resolução do contrato, nas condições a que julgue ter direito.

Artigo 11º

Resolução do Contrato

1. O incumprimento definitivo do contrato, por facto imputável a uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição do bom funcionamento da solução por período superior a 30 dias.
3. A resolução não poderá afetar os serviços objeto do contrato, num prazo não inferior a 30 dias a contar da notificação.

Artigo 12º

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 13º

Rescisão do Contrato

1. A entidade adjudicante poderá rescindir o contrato (total ou parcial) sem o dever de indemnização ao adjudicatário, desde que se verifique alguma das seguintes condições:
 - a) Incumprimento das obrigações dele emergentes, nomeadamente quando não sejam asseguradas as atividades objeto da aquisição de serviços;
 - b) Interrupção dos serviços objeto do contrato, sem autorização prévia da entidade adjudicante;
 - c) Diminuição da qualidade da prestação de serviços;



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

- d) Prática de atos dolosos ou negligentes de qualquer natureza;
 - e) Motivos de força maior que inviabilizem o início ou a continuidade da formação
2. A rescisão não prejudica o pagamento ao adjudicatário dos serviços já prestados em conformidade com o contrato.
 3. O adjudicatário poderá igualmente rescindir o presente contrato devendo, para o efeito, observar uma antecedência mínima de 30 dias.
 4. O não cumprimento do prazo definido no número anterior poderá implicar o dever de o adjudicatário indemnizar a entidade adjudicante num valor correspondente a 10% do valor do contrato.
 5. Excetuam-se do referido nos números anteriores, as situações em que a inobservância das obrigações por parte do adjudicatário resulte de caso fortuito ou de força maior.
 6. A rescisão será comunicada à outra parte mediante carta registada com aviso de receção.

Artigo 14º

Denúncia do contrato

Qualquer das partes poderá denunciar o contrato, mediante aviso prévio em carta registada com aviso de receção, pelo menos com 30 dias úteis de antecedência em relação ao termo do prazo a que respeita.

Artigo 15º

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 16º

Despesas

Todas as despesas inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 17º

Prevalência

1. Fazem parte integrante da relação contratual o Caderno de Encargos e a Proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de dúvida prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e em último lugar, a proposta do adjudicatário.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

Artigo 18º

Lei Aplicável

O contrato rege-se pela lei portuguesa.

Artigo 19º

Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal de Jurisdição Administrativo e Fiscal com sede em Lisboa.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 20º

Objeto e Prazo de execução

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos, destinadas ao desenvolvimento da(s) seguinte(s) ação/ações de formação:

Ação/ações de formação - Modalidade	Início	Fim	Total de Horas
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria 54104UF0052	21-03-2025	06-05-2025	100
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Doces 54104UF0053	12-05-2025	01-07-2025	100
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Salgados 54104UF0054	07-07-2025	01-08-2025	75
EFA NS-PRO Técnico de Informática de Sistemas 48102UF0216	22-09-2025	30-06-2026	1300
APZ+ TE - Gestão de Redes e Sistemas Informáticos 48106UF0002	06-11-2025	30-11-2026	993

2. As ações de formação e as modalidades descritas no ponto 1 podem ser alteradas para outras em função das prioridades definidas ao abrigo do plano de formação aprovado, nos termos previstos dos art.º 311º a 315º do CCP.
3. As datas referidas no ponto 1 deste artigo podem sofrer pequenos ajustamentos.
4. A(s) ação/ações de formação só será/serão realizadas havendo o número mínimo de formandos exigidos para o seu arranque.

Artigo 21º

Local da Prestação dos Serviços



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

Os serviços deverão ser prestados nas instalações do adjudicatário, **na área geográfica do Porto.**

Artigo 22º

Serviços a Prestar

Os serviços a prestar à formação prevista no artigo 20º deste Caderno de Encargos consiste em:

- a) Cedência da utilização do espaço/instalações;
- b) Eletricidade, água e acesso à internet e outras despesas decorrentes do uso das instalações;
- c) **Fornecimento de fotocópias** mediante requisição discriminativa apresentada e assinada pelos formadores **até ao limite de:**

Ação/Ações de formação - Modalidade	Unidades
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria 54104UF0052	2000
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Doces 54104UF0053	2000
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Salgados 54104UF0054	2000
EFA NS-PRO Técnico de Informática de Sistemas 48102UF0216	26000
APZ+ TE - Gestão de Redes e Sistemas Informáticos 48106UF0002	19860

- d) Limpeza e manutenção do espaço formativo, incluindo os espaços de apoio, de forma a assegurar que o espaço formativo e todas as áreas comuns (sanitários, bar e outras que existam) reúnam todas as condições de higiene e segurança necessárias ao bom funcionamento da formação;
- e) Apoio administrativo, com a responsabilidade no registo de presença e faltas de formadores e posterior envio dos registos, informação sobre o estado em que se encontra o andamento dos serviços em curso sempre que isso lhe seja solicitado e comunicação de todas as situações que, pela sua natureza e gravidade, possam implicar a exclusão de formandos ou formadores;
- f) Fornecimento de diversas canetas de várias cores para o quadro branco;
- g) Manutenção e substituição sempre que necessário de todos os equipamentos necessários à formação, incluindo o equipamento informático e colocação dos respetivos consumíveis (ex: tinteiros);
- h) Assegurar todos os Consumíveis/Matérias-Primas em anexo (os artigos constantes da lista podem sofrer pequenos ajustamentos, de acordo com as necessidades da formação, desde que o montante máximo estipulado para a rubrica matérias-primas não seja ultrapassado;
- i) Assegurar todos os requisitos das salas onde decorre a formação, conforme consta do artigo 24.º deste caderno de encargos e todos os equipamentos, ferramentas e utensílios, sendo que os custos inerentes à sua



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

disponibilização, ou eventual aquisição dos mesmos pelo adjudicatário, não poderão ser objeto de pagamento por parte do adjudicante.

Artigo 23º

Consumíveis

i. Consumíveis **Vida Ativa - Padaria/Pastelaria**

180	UNID	Ovos
10	KG	Açúcar
10	KG	Farinha trigo tipo 55
10	KG	Farinha trigo tipo 65
8	UNID	leite M gordo
2	UNID	açúcar em pó
4	UNID	Cacau pó
2	UNID	canela em pó
1	UNID	canela em pau
500	Gr	Amido de milho
4	UNID	folhas de gelatina
1	UNID	Licor de Amendoa
1	UNID	Café solúvel
1	UNID	Natas vegetais
10	UNID	Natas para bater
8	UNID	Tablete chocolate culinária
2	UNID	cereja em calda
5	UNID	Leite condensado cozido
5	UNID	Leite condensado
250	GR	bicarbonato de sódio
4	KG	Crema vegetal culinário
1	KG	Manteiga
250	GR	naco de bacon
1	KG	arroz agulha
2	UNID	Aletria
3	UNID	bolacha Maria
1	KG	Sal grosso
1	UNID	Sal Refinado
1	UNID	vinho do Porto
600	Gr	Coco ralado
2	UNID	essencia de baunilha vainee
1	KG	Açúcar mascavado
500	GR	amendoa palitada
2	UNID	Crema pasteleiro instantaneo
1	UNID	Doce de ovos instantaneo
1	UNID	instaferm red
2	UNID	fermento para bolo
4	unid	óleo para fritar
2	und	azeite
2	UNID	película aderente
2	UNID	Papel Alumínio

2	UNID	papel vegetal
4	GR	Queijo creme
1	UNID	Achocolatado de morango
1	UNID	Palitos La reine
2	KG	Maçãs
2	KG	Peras
2	UNID	Leite coco
250	GR	frutos vermelhos congelados
1	UNID	Aroma amendoas
1	KG	Bananas
1	KG	Limão
2	KG	Laranja
1	KG	Peras
2	UNID	Sanitol
3	UNID	detergente loiça
16	UNID	rolos de papel
2	UNID	Pack Avental descartavel
2	UNID	Pack Touca descartavel
3	UNID	esfregão salva unhas para loiça
2	KG	Saco lixo 50L



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

ii. Equipamentos **Vida Ativa - Padaria/Pastelaria**

Equipamentos e utensílios para formação

- Chão anti - derrapante com drenagem de águas.
- Extintores.
- Mantas anti - fogo.
- Farmácia.
- Fogões individuais com 4 bicos e forno, bancada de apoio com tampo em mármore.
- Fogão para preparação de refeições.
- Estufa para manter pratos quentes.
- Forno convetor.
- Banho-maria para manter iguarias quentes.
- Grelhador eléctrico com duas grelhas (frisada e lisa).
- Frigorífico.
- Congelador.
- Bancada para lavagem de loiça.
- Mesa em inox com bancada de mármore.
- Armários.
- Economato ou dispensa do chefe.
- Batedeira industrial com os respectivos utensílios com picadora incorporada.
- Torradeira.
- Prensa industrial.
- Máquina de cortar fiambre.
- Mix industrial.
- Máquina de gelados.
- Vitrine para conservar gelados.
- Bateria e utensílios de cozinha.
- Formas para bombons e material necessária à sua confeção

Zona suja para lixo

Contentores de lixo e mangueira para lavagens do chão.

iii. Lista de Materiais (consumíveis) para as ações **EFA NS-PRO Técnico de Informática de Sistemas e APZ+ TE -**

Gestão de Redes e Sistemas Informáticos

Código Produto	Descrição
	100 Fichas RJ45
	200 Metros de cabo UTP 5E
	1 Bastidor (Rack chão)
	1 switch Gigabit 24 ou 48 portas
	1 bobine cabo UTP categoria 5E ou 6
	Tomadas de rede (duplas ou simples)
	1 patch pannel 24 portas
	1 firewall

Artigo 24º

Horário da Formação

1. As ações de formação decorrerão de segunda a sexta-feira, em dias úteis nos seguintes períodos:



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

Ação/Ações de formação	Horário
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria 54104UF0052	14H00 – 19H00
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Doces 54104UF0053	14H00 – 19H00
Vida Ativa - Padaria/Pastelaria Salgados 54104UF0054	14H00 – 19H00
EFA NS-PRO Técnico de Informática de Sistemas 48102UF0216	08H00 – 14H00
APZ+ TE - Gestão de Redes e Sistemas Informáticos 48106UF0002	14H00 – 20H00

2. Qualquer alteração ao horário da formação deverá ser previamente acordada entre o adjudicante e o adjudicatário.

Artigo 25º

Requisitos das salas onde decorrerão as formações

As salas de formação devem obedecer aos seguintes requisitos:

1. **Dimensões das salas de formação**

- a) Ter de área +/- 40 metros quadrados com luz direta.

2. **Condições Ambientais das Salas de formação**

- a) Boa Ventilação
b) Temperatura Regulável
c) Boa Luminosidade

3. **Sala de Formação teórica – com dimensões adequadas a 20 formandos e 1 formador, equipada com:**

- a) 20 Mesas com cadeiras para formandos;
b) 1 Secretária com cadeira para formador;
c) Videoprojector e tela de projeção;
d) Armário com chave para guardar dossiers da ação;
e) Quadro branco;
f) Balde do lixo;
g) Garantir as condições adequadas para a formação profissional em termos de iluminação natural e artificial, arejamento, temperatura e nível de ruído exterior, satisfazendo todas as regras de higiene e segurança indicadas para as pessoas, instalações e equipamentos.

4. **2 (duas) Salas de Formação informática com dimensões adequadas a 20 formandos e 1 formador, equipada com:**

- a) 20 Mesas com cadeiras para formandos;



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

- b) 1 Secretária com cadeira para formador;
- c) Videoprojector e tela de projeção;
- d) Armário com chave para guardar dossiers da ação;
- e) Quadro branco;
- f) Balde do lixo;
- g) 21 Computadores (20 formandos+ 1 formador) com ligação em rede e requisitos mínimos de hardware que permitam o funcionamento de sistema operativo multitarefa, processador de texto, folha de cálculo, base de dados, apresentações eletrónicas, correio eletrónico e gestão de informação pessoal, visualizador de páginas internet, digitalização e de reconhecimento ótico de caracteres, antivírus e compactador de ficheiros;
- h) 2 Impressoras ligadas em rede;
- i) 1 Servidor NAS (computador para gerir os computadores em rede)
- j) 20 Computadores desmontados
- k) cabos de ligação
- l) Sistema operativo de Rede
- m) 1 Router sem fios
- n) 1 Scanner
- o) Sistema Operativo Multitarefa
- p) Processador de texto;
- q) Folha de Cálculo;
- r) Base de Dados;
- s) Apresentações Eletrónicas;
- t) Correio eletrónico e gestão de informação pessoal;
- u) Visualizador de páginas da Internet;
- v) Digitalização e de reconhecimento ótico de caracteres;
- w) Antivírus e Compactador de ficheiros
- x) Aplicações informáticas de gestão administrativa (tipo Sage, PHC, Primavera)
- y) Acesso à internet banda larga;
- z) Garantir as condições adequadas para a formação profissional em termos de iluminação natural e artificial, arejamento, temperatura e nível de ruído exterior, satisfazendo todas as regras de higiene e segurança indicadas para as pessoas, instalações e equipamentos.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

- aa) O espaço destinado à formação específica/prática deverá estar equipado com os equipamentos/ferramentas/utensílios necessários para a concretização do conteúdo das unidades práticas dos cursos, conforme consta do caderno de encargos.
- bb) No início de cada sessão de formação deverá ser garantido que todos os meios informáticos estão operacionais.

Artigo 26º

Visita às instalações

A entidade adjudicante reserva o direito de visitar os locais propostos, para verificar das condições exigidas no presente Caderno de Encargos.